

Estado Novo e arquitetura. Redes sociais e patrimônio cultural moderno em Portugal e no Brasil

Tânia Beisl Ramos*

Resumo

Portugal e Brasil tiveram na década de 30 governos políticos autoritários com a designação comum de *Estado Novo*. Embora com especificidades próprias e durações distintas, interessa analisar as redes sociais estabelecidas entre *arquitetura* e *Estado*, durante os governos de Salazar e de Vargas. O artigo lança um olhar paralelo sobre estas relações, marcadas por avanços e recuos, que contribuíram para a formação dos respectivos patrimônios culturais modernos e identidades nacionais.

Palavras-chave: Estado Novo (1937-1945) Brasil e arquitetura. Estado Novo (1933-1974) Portugal e arquitetura. Identidade nacional.

New State and architecture. Social networks and modern cultural heritage in Portugal and in Brazil

Abstract

Portugal and Brazil had in the 30's authoritarian political governments that had the same designation: *New State*. Although the specific characteristics and different length, it is important to analyze the social networks established between *architecture* and *State* during the governments of Salazar and Vargas. The paper takes a parallel look on these relations, marked by advances and setbacks, which contributed to the construction of their modern cultural heritage and national identities.

Key-words: Brazil New State (1937-1945) and architecture. Portugal New State (1933-1974) and architecture. National identity.

Portugal e Brasil tiveram, em períodos temporais sobrepostos, regimes políticos marcados pela ditadura e instituídos como *Estado Novo*. No primeiro, o golpe de 1926 trará Antonio Oliveira Salazar ao poder, definindo em 1933 uma orientação política que se prolongará até 1974. No segundo, a revolução de 1930 faz emergir Getúlio Vargas. Apesar de oito anos de ditadura (1937-1945), Vargas esteve no poder num total de dezenove anos (1930-1945 e 1951-1954). Fato histórico no Brasil, mas ainda assim, pouco tempo se compararmos com o período de décadas do reforço do executivo protagonizado por Salazar (1933-1968), sucedido por Marcelo Caetano (1968-1974), no *Estado Novo* português. Apesar da duração temporal e das especificidades próprias, ambos os governos experimentaram nestes períodos uma relação direta entre poder político e arquitetura. E ambos os governos cercaram-se de intelectuais e arquitetos para promoverem a sua imagem. A contemporaneidade dos regimes políticos entre os dois países, com tão forte proximidade histórica, merece uma análise pormenorizada na procura de identificação de vínculos entre políticos e arquitetos, seja de natureza profissional, seja por rede de amizade. Esta relação entre políticos e arquitetos irá definir nesta altura, edificações que viriam a ser reconhecidas mais tarde como símbolos de identidade nacional.

Tal aproximação deu origem a programas funcionais e tipologias arquitetônicas inéditas, associadas à modernização do Estado, que se queria 'Novo'. Alguns destes edifícios foram alvos de concursos, enquanto outros foram encomendas estatais feitas aos arquitetos. Atualmente integram o conjunto de edificações eleito patrimônio cultural, em ambos os países. São edificações cujos valores e significados justificam ações para a sua preservação (FONSECA, 1993), seja em nível nacional ou internacional. Estes projetos formalizam os primeiros passos na direção da fase moderna da arquitetura presente nas cidades capitais da época – Lisboa e Rio de Janeiro -, e são apoiados por uma política de propaganda e de grande investimento do Estado em obras públicas.

Este investimento surge, entretanto, inserido num contexto de indecisão de linguagens arquitetônicas, crivados por críticas e marcados por decisões pessoais dos dirigentes políticos da época. Neste sentido, o desejo de construção e de identificação do projeto nacional com as edificações modernas, assume

características divergentes nestes dois países, marcado por avanços e recuos. A determinada altura, a recusa em continuar a associar o *moderno* à imagem do Estado, assume, em Portugal uma decisão política. A exaltação do nacionalismo afasta-se do *moderno* precocemente desenvolvido para refletir a linguagem *do português suave*. A grandiosa *Exposição do Mundo Português* em 1940 espelha o sentimento de nacionalismo da época. Portugal volta-se para si próprio, incluindo as suas 'províncias' na África e na Ásia, e isola-se. Comemoram-se os 800 anos da independência e os 300 anos da sua restauração. No recinto da exposição a presença de um único país estrangeiro convidado, o Brasil. A visibilidade conferida à antiga colônia é propagandeada nas políticas culturais dos dois países. O Brasil associou-se às comemorações com empenho direto de Getúlio Vargas ao instituir a Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal. Salazar, por sua vez, aponta razões para

[...] pedir ao Brasil que venha a Portugal no momento em que festejaremos os nossos oitocentos anos de idade ajudar-nos a fazer as honras da Casa; que erga o seu padrão de História ao lado do nosso; que não seja apenas nosso hóspede de honra, mas como da família. (SALAZAR, 1939, p. 3).

A sistematização do estudo

O estudo centrou-se na identificação de arquitetos, nas conexões por eles estabelecidas com o Estado e na produção arquitetônica realizada. As fronteiras que definiram os atores deste estudo foram delimitadas com base na sobreposição destes dados, i.e., de atores e obras, inseridas nas respectivas políticas públicas nacionais de desenvolvimento. Esta sobreposição irá permitir identificar os recortes temporais do respectivo *Estado Novo* nas historiografias da arquitetura moderna - portuguesa e brasileira.

Para tal foi feita uma coleta de dados sistematizada apoiada em fontes documentais relativas aos dois países. Algumas destas fontes são há muito, referências reconhecidas da história da arquitetura e do urbanismo nos países estudados. Outras, mais recentes, são incluídas por apresentarem novas perspectivas sobre os relacionamentos entre arquitetos e outros atores de interesse para o estudo.

O levantamento das conexões dos arquitetos portugueses com o poder político apoiou-se inicialmente na narrativa cronológica de Augusto-França (1974), na descrição da relação destes arquitetos com as encomendas estatais em Portas (1978) no prefácio do livro de Zevi, recentemente republicado (2008). As ligações entre estes agentes são também apresentadas por Almeida e Fernandes (1986). O primeiro autor defende em outra publicação (2002), a teoria da inexistência de uma 'arquitetura do *Estado Novo*'. Ainda na década de oitenta, Fernandez (1988) cita a relação entre arquitetos, e entre estes e o Estado. Uma relação de arquitetos, obras realizadas e datas volta a ser referida em Duarte (1989). O tema será também documentado por Pereira (1996) e por Acciaiuli (1998) ao pormenorizar estes relacionamentos destacando os momentos de representação do nacionalismo e de divulgação do Estado.

Uma coletânea de grande importância histórica para a arquitetura portuguesa, é publicada em 1948. Trata-se do Relatório da Comissão Executiva, Teses, Conclusões e Votos do *1º Congresso Nacional de Arquitetura* que apresenta sessões de trabalho e lista de participantes, e o '*Inquérito*' que apresenta as equipas colaboradoras no levantamento das características da arquitetura popular em Portugal. Pela Fundação Calouste Gulbenkian, os catálogos das exposições organizadas sobre Raul Lino (1970), Carlos Ramos (1986) e Viana de Lima (1996). Numa abordagem recente, uma primeira tentativa de sistematização dos relacionamentos profissionais dos arquitetos portugueses insere-se no estudo pioneiro desenvolvido por Krüger (2005). Alguns trabalhos têm sido igualmente desenvolvidos buscando esta orientação em Ramos & Matos (2005, 2009) e Matos & Ramos (2007).

No Brasil a produção bibliográfica sobre a história da arquitetura brasileira tem como primeiras referências Goodwin (1943) e Mindlin (1956). A recolha de depoimentos realizada por Souza, a partir da fonte direta, i.e., dos precursores e primeiros criadores da arquitetura moderna brasileira (1), é publicada em 1978. A procura de sistematização é referida por Santos (1981), com maior divulgação pelo historiador Bruand que apresenta em 1981 uma pesquisa histórico-documental sobre arquitetos e a respectiva produção local (2). Da sociologia chega um retrato da proximidade entre o governo de Getúlio Vargas e os intelectuais 'cooptados' para a função

(MICELI, 1979). Fato analisado também por Guerra (2005). Já Pécault (1990) salienta o outro lado da moeda, e tal como Almeida em Portugal defende a aproximação voluntária da classe culta ao regime político. Em meados da década Costa (1995) publica uma coletânea de textos próprios onde deixa pistas relacionadas ao tema, bem como referências às viagens realizadas a Portugal para o estudo da arquitetura popular geograficamente dispersa neste país. Estes dados são complementados com a divulgação recente do seu espólio pela *Casa de Lucio Costa*. Bonduki (1999) salienta o envolvimento de Getúlio Vargas na promoção da habitação social no país que ocorre por meio de órgãos criados para este fim. A seleção abrange Segawa (1998) e Cavalcanti (2000 e 2006) que acrescentam novos dados relativos ao estudo proposto.

Critérios para o mapeamento das relações

Os vínculos profissionais estabelecidos por políticos e arquitetos, em Portugal e no Brasil, durante os respectivos períodos de Estado Novo, resultaram em edificações realizadas por atores que trabalharam individualmente ou em equipes e estabeleceram redes sociais, cujas ligações são susceptíveis de serem analisadas. O entendimento destas conexões permitirá reconhecer, de modo rigoroso, padrões de interação entre arquitetos, entre estes e políticos, bem como com outros intervenientes.

O estudo apoia-se na metodologia de *Análise de Redes Sociais* que visa estudar as relações entre um conjunto de atores de modo a identificar padrões de interação e verificar as suas consequências (SCOTT, 2000; FREEMAN, 2004; QUIROGA, 2005; HANNEMAN; RIDDLE, 2005; WASSERMAN; FAUST, 2006). O objetivo principal consiste em verificar o modo como arquitetos, chefes de governo, ministros, diretores, intelectuais e engenheiros estão conectados numa rede de relacionamentos profissional e social que, por sua vez, estão inseridos nos respectivos contextos de ditadura - portuguesa e brasileira. A análise destas ligações permite identificar os atores que se encontram em posições privilegiadas na rede, a sua capacidade de aceder mais facilmente às informações, neste caso, aos trabalhos oferecidos pelo Estado. Analisar esta proximidade, ou o distanciamento, entre estes atores, implica, por um lado, analisar a abertura ou o controlo exercido

pelo Estado Novo sobre os mesmos atores, e por outro lado salientar o interesse na construção de novos programas funcionais que visavam a sua modernização.

Identificadas as conexões entre um conjunto de atores, e entre estes e os recortes temporais que produziram obras, pretende-se medir estas conexões. Inicialmente são analisadas as redes sociais de cada país. Numa segunda fase do estudo as duas redes são reunidas numa terceira rede. O objetivo consiste em identificar os atores que assumem a função de 'ponte', de 'elo de ligação' entre as duas redes iniciais, i.e., entre grupos de arquitetos dos diferentes países. A visualização destas relações é graficamente apresentada por meio dos sociogramas. A medição dos relacionamentos sociais e profissionais destes indivíduos foi desenvolvida com base no programa informático de apoio à metodologia.

Os recortes temporais

Associado a uma relativa retomada econômica em meados dos anos 1920 (PORTAS, 1978), o Estado Novo português associa-se à arquitetura modernista produzida por jovens arquitetos que, com alguma surpresa, projetam numa linguagem distinta da sua formação (3): Cristino da Silva, Carlos Ramos, Cassiano Branco, Pardal Monteiro, Adelino Nunes, Rogério de Azevedo e Jorge Segurado. Estes profissionais formam um grupo coeso com grande proximidade ao Estado expressa na ligação entre Salazar e o Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco (1900-1943), que encomenda e impulsiona a produção modernista que se inicia na década de 1920 e se prolonga pela década de 30. É nesta altura que no Brasil eclode a Revolução e leva Vargas ao poder. Inserida nas reestruturações políticas e com base na relação de trabalho entre o Ministro Francisco Campos e Rodrigo Melo Franco de Andrade, Lucio Costa (1902-1998) assume a direção da Escola Nacional de Belas Artes – ENBA, ficando apenas alguns meses no cargo. Apesar do pouco tempo como diretor, a ideia do *moderno*, como alternativa de linguagem arquitetônica e como resposta aos problemas sociais vigentes, estava lançada. Deu frutos. E estes frutos foram reforçados por meio de obras desenvolvidas no período, em duplas de profissionais - na *Gamboa* de Lucio Costa e Warchavchik, no *Albergue da Boa Vontade* de Reidy e Gerson Pinheiro, e na sede da ABI (4) dos irmãos Roberto, projetos do início da década de 1930 que integram o acervo da memória coletiva da cidade.

O ministério de Vargas foi reestruturado, e foi autorizado a construção de novas sedes ministeriais inseridas nos trabalhos de remodelação da capital: na Esplanada do Castelo, no centro do Rio de Janeiro surgiram três sedes – do Trabalho, Indústria e Comércio; da Educação e Saúde; e da Fazenda e Tribunal de Contas. Os dois últimos iniciaram a escolha das respectivas propostas arquitetônicas por concursos públicos, mas por decisão dos respectivos ministros os projetos vencedores não foram construídos. As semelhanças de percurso ficam por aqui. Em três terrenos vizinhos, três histórias distintas, três linguagens arquitetônicas, três desfechos diferentes.

Os processos de concepção acabaram por adotar medidas bem diferentes uma da outra. O Ministro da Fazenda, Artur Sousa Costa, rejeitou a proposta modernista de Wladimir Alves Sousa e Enéas Silva, e indicou o arquiteto Luis Moura para desenvolver o projeto em estilo neoclássico marcado pela monumentalidade da colunata de nove metros e meio de altura. Já o Ministro da Educação e Saúde - MES, Gustavo Capanema, após a recusa do projeto liderado por Archimedes Memória, e com apoio dos intelectuais relacionados ao ministério, transmitiu o encargo a Lucio Costa, que formou uma equipe de trabalho constituída por arquitetos modernos. A vinda de Le Corbusier como consultor foi solicitada diretamente por Lucio a Vargas. No Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o projeto foi, por escolha, desenvolvido pelo arquiteto Mário dos Santos Maia que integrava a seção de Engenharia do Conselho Nacional do Trabalho. O edifício foi o primeiro a ser inaugurado na Esplanada do Castelo.

Entre os três casos estão dois projetos concebidos por um só arquiteto, e um projeto em equipe, o Ministério da Educação e Saúde. Os projetos foram orgulhosamente exibidos na *Exposição Nacional do Estado Novo* (1938), onde paralelamente aos exemplos modernos estavam desenhos e maquetas que expressavam a linguagem tradicional, identificando uma produção arquitetônica variada segundo as suas características estilísticas. Eram maquetas dos edifícios e monumentos que deveriam ser construídos na cidade e que “segundo as suas características arquitectónicas e artísticas, pelo aspecto grandioso que possam apresentar, venham a servir de exemplo a iniciativas particulares, [e] atestem o grau de cultura do povo”

(VARGAS, 1939 apud GONÇALVES, 2003). A arquitetura moderna nascida sob o patrocínio do Estado, seria divulgada na exposição de 1938, mas o que realmente estava em evidência era a propaganda política apoiada nas obras construídas, era a renovação da face do Estado. Quanto ao estilo, aceitava-se a heterogeneidade de soluções.

Mas a equipe moderna de Lucio Costa tinha aliados – políticos mas também intelectuais de formações diversas -, que transitavam na órbita daqueles a quem coube a definição da face moderna do país (5). Às bases teóricas formuladas por Lucio Costa juntam-se contribuições e apoios, mas também críticas e ataques pelos tradicionalistas liderados por José Mariano Filho.

Contemporâneo do Ministério recém-projetado é o SPHAN (6), órgão de preservação do patrimônio e outra área de atuação dos arquitetos modernos, com regulamento definido por Mário de Andrade a pedido do Ministro Gustavo Capanema. Pouco tempo depois e em desacordo com o resultado do concurso realizado, Lucio convida Niemeyer, e juntos projetam o Pavilhão do Brasil na *Feira de Nova Iorque* (1939). Ao segundo, e depois de uma proposta inicial de Carlos Leão, recai o projeto do Grande Hotel de Ouro Preto, no qual Lucio sugere alterações que inserem o edifício cuidadosamente edificado na paisagem colonial da cidade. O reconhecimento de Lucio como grande teórico da arquitetura moderna brasileira tem por suporte os seus estudos sobre a arquitetura tradicional portuguesa, que o autor tão bem compreendeu; refira-se ainda o impulso recebido por *Brazil Builds* (GOODWIN, 1943) que proporciona à arquitetura nacional do Brasil uma visibilidade que ultrapassa fronteiras.

Em Portugal o panorama inicial de apoio ao *moderno* iria se inverter. As obras modernistas passaram a ser associadas aos modelos internacionais da década de 1920, e de *nacional* não se encontravam características. A tolerância do Estado com o moderno é diminuta. Estavam, momentaneamente, afastados das encomendas públicas, aqueles que produziram os primeiros exemplos representativos da face moderna do Estado.

Mas o afastamento dura pouco. Prepara-se a *Grande Exposição do Mundo Português*. Cottinelli Telmo é o arquiteto coordenador dos projetos da exposição, mas é Duarte Pacheco que chama os antigos arquitetos para integrarem a equipe daqueles que seriam os responsáveis pelo projeto dos pavilhões do “grande espectáculo da restauração nacional” (PORTAS, 1978; CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, 1993). Voltam a estar próximos do poder mas o seu retorno seria marcado por ‘ajustes’ de linguagem, aos quais os arquitetos corresponderam com passividade (ALMEIDA, 2002). Para a exposição são projetados e construídos vários pavilhões, entre eles, o Pavilhão da Vida Popular (arquitetos Veloso Camelo e João Simões), atualmente Museu de Arte Popular, em vias de classificação patrimonial. O edifício é um dos raros testemunhos atuais da Exposição de 1940 com uma linguagem arquitetônica marcada pela ideologia da altura. Outro exemplo, em nível urbano, será a Praça do Império, onde está localizada a fonte central no enquadramento do Mosteiro dos Jerônimos, em Belém.

Arquitetura efêmera, o pavilhão do Brasil contou com uma área de acesso definida por elegantes pilares com elevado pé-direito referidos como troncos de palmeiras estilizadas. Curiosamente, a edificação foi projetada pelo arquiteto português de formação tradicional, Raul Lino (1879-1974), autor da *Casa do Cipreste*, obra que marca o percurso do arquiteto que buscou definir a tipologia ideal para a ‘casa portuguesa’, Figura 1(A-F).

Raul Lino estivera no Brasil na década de 1930. O seu registro de viagem foi feito por meio de *A Auriverde Jornada* (LINO, 1937) onde relata pormenorizadamente o seu encontro com Lucio Costa em 1934, e o desacordo entre ambos quanto aos rumos futuros da arquitetura entre a ‘tradição’ e a ‘modernidade’ (MATOS; RAMOS, 2007). O arquiteto português irá estabelecer a conexão entre o conjunto de arquitetos nacionais que trabalharam na exposição e outro conjunto, que no período do *Estado Novo* são indicados para integrar a equipe já existente da DGEMN - Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (7): projetistas estrangeiros e nacionais, arquitetos e urbanistas portugueses com formação no exterior, arquitetos autores de obras modernas e tradicionais, cujas funções referiam-se agora à proteção do patrimônio português. Deste grupo destacam-se o urbanista Faria da Costa e o arquiteto Jacobety Rosa. O primeiro viria a desenvolver o Plano de

Alvalade (8) (1944), ficando o segundo a coordenar os projetos das tipologias habitacionais inseridos neste plano.

Vários dos arquitetos que trabalharam na exposição de 1940 estão relacionados ao grupo de arquitetos modernos organizados em torno dos CIAM's e do I Congresso Nacional de Arquitetura (1948), que tanto impacto teve, pela produção arquitetônica subsequente, pela posição contra o regime político de Salazar. A partir de então os arquitetos, organizados em equipes, viriam a realizar o 'Inquérito à arquitetura regional portuguesa' publicado em 1961 como *Arquitetura Popular em Portugal* (SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS, 2004), o planeamento integrado de bairros de habitação social da cidade (Olivais Norte (9), Olivais Sul e Chelas), destacando-se por fim a formação do GUC/GUU (10) onde trabalharam muitos arquitetos modernos que partiram para as 'províncias ultramarinas' e que lá construíram um patrimônio moderno que há pouco começa a ser sistematicamente estudado.

No Brasil, o envolvimento de Niemeyer no projeto do Hotel de Ouro Preto, levou-o até Juscelino Kubitschek que, enquanto governador do Estado de Minas Gerais solicitou ao arquiteto o projeto do conjunto arquitetônico da Pampulha (1940). Da consagração do talento do arquiteto, ao convite para projetar os principais edifícios públicos de Brasília, foi apenas uma questão de tempo. Nesta altura o Brasil vivia um período de democracia mas, recorrendo também à arquitetura como mecanismo de divulgação e auto-promoção.



As redes sociais entre *Estado Novo* e arquitetura

Os referidos períodos conhecidos como *Estado Novo*, tanto em Portugal como no Brasil, são marcados por uma complexidade de relacionamentos que se estabeleceram em todas os campos das sociedades. Na arquitetura não foi diferente.

Mas apesar da postura política autoritária e dos recuos quanto à linguagem moderna, não é possível dizer que a arquitetura saiu penalizada deste período. Ao contrário, embora tenha havido resistências e difíceis relacionamentos políticos, houve também uma grande proximidade entre o poder e a arquitetura. Estas relações constituíram padrões de interação ao longo destes períodos expressos nos sociogramas apresentados. A Figura 2 apresenta o sociograma das ligações entre os representantes políticos do governo de Salazar e os arquitetos que foram chamados a colaborar na construção da ‘face’ do Estado pretendida. São 59 atores que se apresentam conectados entre si, permitindo a identificação de subgrupos que estão, entretanto, ligados entre si por um ou mais indivíduos que atuam como ‘pontes’. Apesar disto a densidade da rede é de apenas 5%, i.e., este é o número de relacionamentos existentes, no total de ligações possíveis. Estes relacionamentos assumem num determinado recorte temporal – da *Exposição do Mundo Português* -, interações mais consistentes entre os atores. Será Cottinelli Telmo, o ‘arquiteto-chefe’ da exposição, a estabelecer o maior número de ligações com os demais

atores da rede, apresentando o maior número de alternativas de circulação e a menor dependência de conexões. O sociograma indica as ligações de Cottinelli (11) com o poder por meio da sequência Salazar, Duarte Pacheco, Alberto Oliveira (12), Antonio Castro (13), e o próprio Cottinelli Telmo; entre os primeiros arquitetos a projetarem obras modernistas há registo de ligações entre Cottinelli e Pardal Monteiro, e daquele com Cristino da Silva, Jorge Segurado, Raul Lino e outros. Curiosamente será por meio dos arquitetos que cederam ao regime e trabalharam na Exposição de 1940 que se fará ligações com os arquitetos modernos como Carlos Ramos, Viana de Lima, Delfim Amorim, Armênio Losa, Cassiano Barbosa, Octávio Lixa Filgueiras e Arnaldo Araújo (14), explicitando uma ambígua relação com o poder (ALMEIDA, 2002).

A posição privilegiada que Cottinelli ocupa na rede permite-lhe ter uma maior capacidade de controlar a passagem de informações, estabelecendo ligação entre duas regiões distintas desta rede, chegando aos demais atores com um número mínimo de intermediários, e estando próximo de pessoas de maior prestígio. A segunda pessoa mais bem posicionada na rede depois de Cottinelli Telmo é Duarte Pacheco cuja posição expressa o duplo cargo ocupado como Ministro das Obras Públicas e Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, e a estreita relação com os arquitetos. O terceiro ator com destaque na rede será Viana de Lima cuja posição indica um conjunto de relacionamentos importante no período estudado, como se verá.

Note-se que há dois eixos verticais de ligações onde estão os vértices mais claros (chefes de governo, ministros, diretores). Intercalados com estes eixos estão os vértices pretos, que indicam os arquitetos. Ocupando a área central estão dois subgrupos cujo centro é ocupado por um conjunto de atores relacionados a Cottinelli e a Viana de Lima. Entretanto, o primeiro grupo será o que manterá maior número de ligações com o poder. O fato indica a importância conferida à *Exposição do Mundo Português* no panorama histórico do Estado Novo. O segundo grupo apoia-se em Viana de Lima e é constituído por arquitetos portugueses com vínculos aos meios brasileiros.

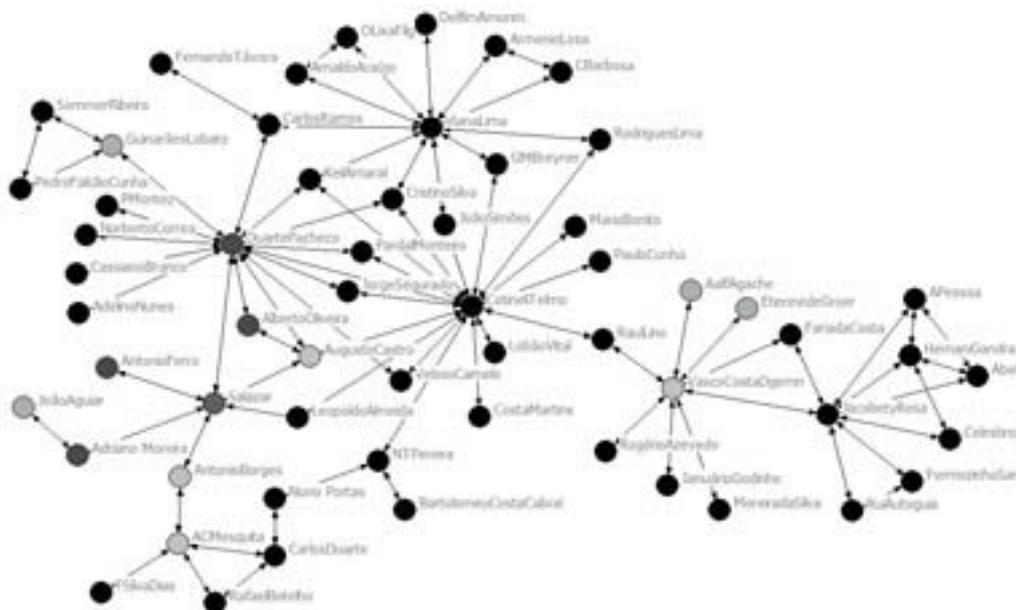


FIGURA 2 - Sociograma das relações entre Estado Novo e arquitetura em Portugal. Vértices: cinza escuro: chefe de governo; cinza: ministros; cinza claro: diretores, intelectuais; negros: arquitetos.

A Figura 3 apresenta o sociograma das ligações entre 52 atores no caso brasileiro. Entre eles estão políticos e intelectuais do governo de Getúlio Vargas e arquitetos brasileiros, com 6,5 % de ligações estabelecidas, i.e., com maior número de conexões relativamente à rede portuguesa, que por sua vez, apresenta maior número de atores. Comparativamente ao sociograma português, a distribuição do tipo de atores inverte-se: no centro do sociograma estão os vértices claros (presidente, ministros, diretores e intelectuais de diversas áreas) e nas extremidades os vértices negros, indicando os arquitetos. As duas pessoas com o maior número de conexões nesta rede são Lucio Costa e Rodrigo Melo Franco de Andrade. Mas as duas pessoas com maior capacidade de filtrar informações, em fazê-la circular ou não, e com maior capacidade de chegar aos outros são: Lucio Costa e Getúlio Vargas.

Lucio Costa e Rodrigo Melo Franco de Andrade protagonizam a história da arquitetura moderna quando do projeto e construção do Ministério de Educação e Saúde, bem como da criação do SPHAN. No caso de Lucio, o cargo que assume como diretor do DET – Divisão de Estudos e Tombamentos, e a sua colaboração nos desenvolvimentos de habitação social iniciado com a Gamboa. Refira-se neste

percurso o seu vínculo a José Mariano Filho e aos 'tradicionalistas'. Enfim, Lucio Costa assegura conexões com grupos de profissionais que se refletem na produção realizada. Outro momento singular seria protagonizado por Juscelino Kubistchek, apoiante do *moderno* e próximo dos arquitetos, com a construção do Plano Piloto de Brasília.

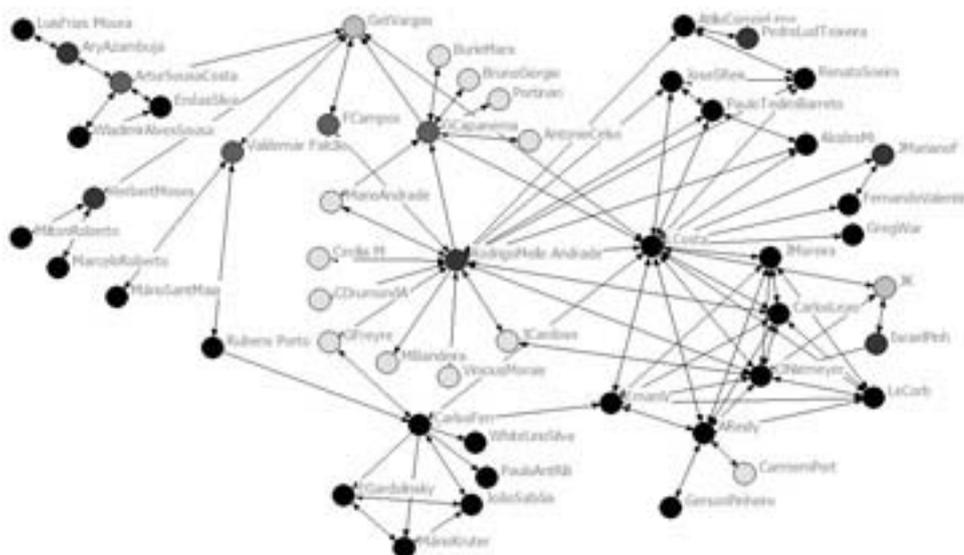


FIGURA 3 - Sociograma das relações entre Estado Novo e arquitetura no Brasil. Vértices: cinza escuro: chefe de governo; cinza: ministros; cinza claro: diretores, intelectuais; negros: arquitetos.

Rede de redes: uma síntese

Com governos ditatoriais contemporâneos da década de 1930, Portugal e Brasil procuraram formar a ideia do Estado forte e da Nação apoiando-se, também, na arquitetura. Entre aproximações e distanciamentos é importante não esquecer que, ainda sob o regime do *Estado Novo*, Portugal detém um 'império colonial', fato que irá nortear as decisões políticas tomadas. No Brasil, o ditador passa a presidente eleito, assume ainda no período do Estado Novo um estatuto aparentemente mais brando. Vargas aproxima os intelectuais do governo e apoia-se neles para modernizar o país. Mas apoia-se igualmente nas 'massas' para a construção de uma Nação 'trabalhadora' e 'cultura'. Vargas procurou o apoio popular e obteve-o.

Ambos os governantes procuraram reforçar as respectivas 'imagens' por meio da arquitetura. Ambos os governos tiveram períodos de pujança financeira e não mediram 'esforços' para a divulgação e concretização dos seus ideais. O objetivo foi alcançado, mas com percursos diferentes.

As primeiras obras modernas construídas em finais de 1920 e princípios de 1930 assumem, em cada país, dinâmicas próprias. Em Portugal dominam projetos de qualidade de um só autor, trabalhos individuais que vão dar resposta às encomendas públicas. No Brasil as obras pioneiras, contemporâneas das portuguesas, são realizadas em co-autoria. A formação de grupos profissionais na arquitetura moderna ocorre desde cedo, continuando no projeto do Ministério da Educação e Saúde e em projetos posteriores. E assim permanece até o lançamento de Oscar Niemeyer para o estrelato, que contou com o apoio incondicional de Lucio Costa. Enfim, arquitetos capazes de dar resposta aos ideais de modernização arquitetônica relacionada à imagem do Estado, ambos os governos possuíam. Mas as posições adotadas pelos dois chefes de governo perante o mesmo objetivo viriam a assumir posições distintas. Salazar tem opinião formada, interfere no percurso de aplicação prática dos ideais racionalistas, e solicita o retorno às raízes portuguesas, insiste na divulgação do nacionalismo. Marca uma posição que define os rumos da arquitetura no país. A sua postura prende-se no passado. Os pavilhões construídos são efêmeros, permanecendo apenas os traços urbanísticos que lembram o glorioso feito na Praça do Império, e o pavilhão do atual Museu de Arte Popular. Getúlio constrói para o futuro, constrói edifícios permanentes. Atualmente, após a transferência da capital para Brasília, os edifícios continuam em pleno funcionamento e curiosamente albergam serviços locais associados aos usos e programas originais (15). As diferenças de linguagens arquitetônicas dos edifícios não impediam a Vargas a aproximação com os diferentes arquitetos atuantes. Refira-se o empenho e as decisões esclarecidas do Ministro Gustavo Capanema no processo de definição da proposta arquitetônica do MES, como na criação do 'serviço' de preservação do patrimônio (SPHAN).

Em cada governo havia um 'núcleo duro' inicial a partir dos quais os demais atores se aproximavam: no caso brasileiro este núcleo será constituído por Lucio Costa, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Getúlio Vargas; no caso português por Cottinelli

Telmo e Duarte Pacheco. Em ambos os casos o destaque para as duas pessoas mais conectadas de ambas as redes serem dois arquitetos (16). Na rede relativa ao Brasil, o chefe do governo aparece bem posicionado em relação ao arquiteto Lucio Costa e ao diretor do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade. Na rede relativa a Portugal o diálogo é feito entre arquiteto e político. A rede social da Figura 4 reproduz as duas redes anteriores destacando os ‘elos’ principais de ligação entre *Estado* e *arquitetura* em Portugal e no Brasil. O sociograma apresenta uma densidade baixa (3%), com muitos conjuntos de atores e pouca cooperação entre eles, o que é esperado, uma vez que as redes ilustram contextos políticos distintos. A intenção em agrupar as redes visa identificar as pontes (a vermelho) entre ambas no período estudado. O estudo é possível uma vez que há registros de conexões entre atores portugueses e brasileiros – profissionais e de amizade -, durante os governos de Salazar e Vargas. Quando as duas redes iniciais se fundem numa terceira, os relacionamentos entre os atores dos dois países ocorrem por meio de Lucio Costa, Carlos Ramos, Oscar Niemeyer, Viana de Lima, Octávio Lixa Filgueiras, Arnaldo Araújo, Raul Lino.

Interessa salientar os vínculos estabelecidos entre estes arquitetos.

Carlos Ramos, diretor da Escola Superior de Belas Artes do Porto – ESBAP -, e responsável pela abertura da escola ao *moderno*, estabelece conexões profissionais e de amizade com Lucio Costa que perdurariam até o desaparecimento de Ramos em 1969. Lucio Costa irá se referir a Carlos Ramos como “Prezado amigo Professor Carlos Ramos”, recorrendo a este no sentido de resolver uma situação pessoal (*Casa de Lucio Costa*, Carta VI.A.01). Em outra ocasião Carlos Ramos solicita parecer de Lucio sobre o projeto da embaixada de Portugal em Brasília, e Lucio Costa responde e expressa satisfação pelo projeto e pelo envolvimento de Ramos nesta tarefa (17) (*Casa de Lucio Costa*, Carta VI.A.01-00728). Ao arquiteto brasileiro juntam-se Lixa Filgueiras e Arnaldo Araújo que viriam a acompanhar pontualmente Lucio Costa em viagens pelo país. Em carta datada de 1965, de Lixa Filgueiras a Lucio Costa, o primeiro rememora a estadia deste no Porto e o passeio à noite junto a Ribeira, na companhia de Arnaldo Araújo e Viana de Lima. Com Arnaldo fará uma viagem a Trás-os-Montes. Lucio Costa e Raul Lino encontram-se na Sede do *Jockey Club*, no Rio de Janeiro. Saem do encontro sem chegarem a acordo sobre os rumos

futuros da arquitetura: se tradicionais, se modernos. Cada um seguiu o seu percurso, mas fica claro o interesse de Raul Lino em regressar ao Brasil numa segunda viagem, em 1938; entretanto, não foi permitida por Duarte Pacheco.

O apoio de Lucio Costa conferido a Oscar Niemeyer ao longo de décadas constitui vínculos que permanecem e esboçam uma rede de amizade que ultrapassa o convívio profissional, amplamente documentado.

Já o contato do arquiteto português moderno Viana de Lima com o Brasil inicia-se em 1965 na exposição sobre 'arquitetura e arte portuguesa' realizada nas comemorações do quarto centenário da cidade do Rio de Janeiro. Será o 'moderno' a conferir a Viana de Lima o papel singular de intervir na preservação do patrimônio de origem portuguesa no Brasil (RAMOS; MATOS, 2008). A convite do IPHAN, e como consultor da UNESCO o arquiteto português elabora projetos de preservação para as cidades históricas brasileiras (18) reforçando a atuação dos modernos na seleção do patrimônio a preservar. O convívio com os arquitetos brasileiros irá ainda promover o desenvolvimento no *atelier* de Viana de Lima no Porto, do único projeto de Oscar Niemeyer construído em Portugal: o Casino Parque Hotel, na Ilha da Madeira (19).

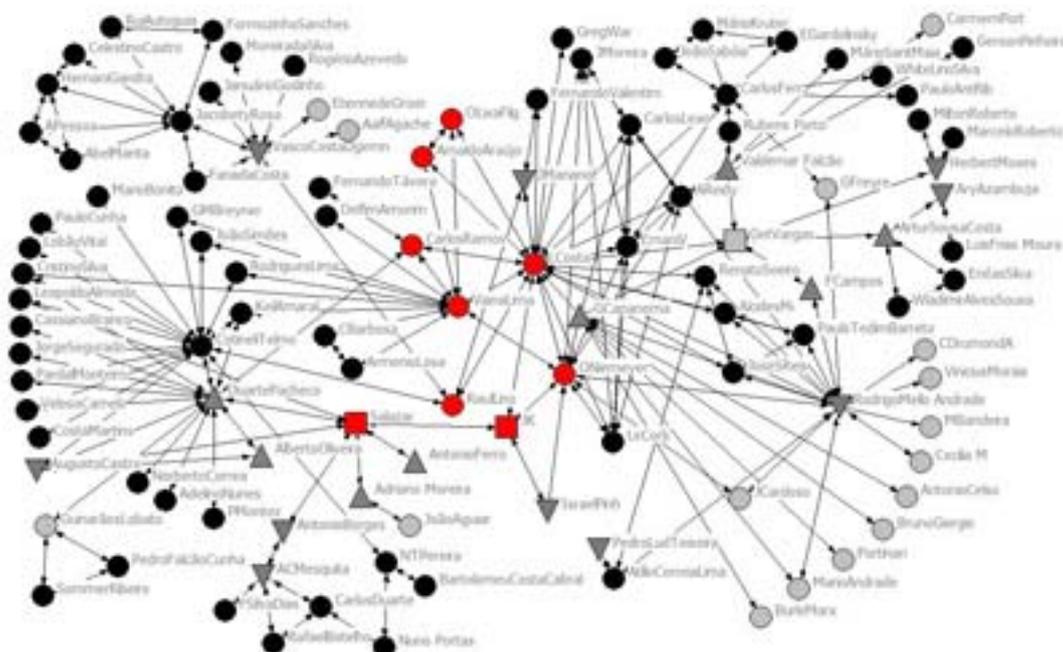


FIGURA 4 - Sociograma das relações entre Estado Novo e arquitetura em Portugal e no Brasil - 'elos' entre as duas redes.

A análise da rede registra a ligação entre Salazar e Juscelino Kubistcheck justificada pelo apoio do segundo ao primeiro em questões políticas relacionadas às 'províncias ultramarinas'. Mas o ator com o maior número de conexões na rede é o arquiteto Lucio Costa que assume o papel de elo central de ligação entre as duas redes anteriores. Fato explicado pela profunda relação de Lucio a Portugal, que se inicia nos anos de 1940 e repete-se nas viagens seguintes para o levantamento da arquitetura popular, na continuidade da busca das raízes da arquitetura colonial brasileira iniciada em Diamantina em meados da década de 1920. O percurso de Lucio acabou por criar laços profissionais e de amizade com vários arquitetos portugueses.

No Brasil ou em Portugal a construção de edifícios públicos que representassem, da melhor forma, o respectivo poder político do *Estado Novo* foi uma preocupação comum. Para ambos os governos a arquitetura assumiu o papel de protagonista conferida na modernização do processo de renovação. Mas enquanto no Brasil a adesão à arquitetura moderna foi imediata e duradoura, envolvendo arquitetos, ministros e intelectuais que trabalharam em conjunto, em Portugal a aceitação inicial foi vencida pelo resgate dos valores tradicionais impostos por Salazar, e só recuperada quando os arquitetos portugueses se uniram em torno do Congresso de 1948, reforçada com a realização do 'Inquérito'. Ainda assim a decisão política de Salazar perante a linguagem arquitetônica mantém-se. Iniciadas as guerras civis nas províncias africanas, pronuncia em meados da década de 1960 a frase que ilustra o isolamento pretendido perante a situação de defesa do seu território disperso: 'orgulhosamente sós', também verdadeiro na produção da arquitetura própria. Fato curioso pois é nos territórios ultramarinos que o moderno irá firmar-se como linguagem arquitetônica.

Também se verifica que, apesar da preponderância da arquitetura moderna em diversos programas funcionais, Vargas não afastou outras contribuições arquitetônicas concebidas em linguagens distintas. O fato pode ser visto como um reflexo do período em que Lucio e Mariano travaram batalhas e onde cada um defendia os seus ideais. A estética arquitetônica estava em ebulição, e com percursos únicos, ambos os governos apoiaram-se nos seus arquitetos para

construírem edificações – cuja linguagem moderna seria rejeitada por Salazar e apoiada por Vargas -, representativas da memória coletiva enquanto patrimônio cultural moderno. A arquitetura proporcionou a construção de uma imagem renovada de Nação, por meio das diferentes faces do Estado.

Notas

(1) O autor recolhe os depoimentos de Lucio Costa, Gregori Warchavchik, Oscar Niemeyer, Rino Levi, Luiz Nunes, Marcelo Roberto, Affonso Eduardo Reidy e Flávio Carvalho.

(2) Tese de doutorado do autor realizada em 1971, com tradução brasileira de 1981.

(3) Produção de obras de referência da produção da época concebidas segundo o estilo internacional: o Cinema Capitólio (1925) de Cristino da Silva, o Pavilhão de Rádio do Instituto de Oncologia (1927) de Carlos Ramos, o Cinema Eden (1931) de Cassiano Branco, o Instituto Superior Técnico (1927) de Pardal Monteiro, as estações dos CTT (década 1930) de Adelino Nunes, a Garagem O Comércio do Porto (1928) de Rogério de Azevedo, e os liceus, em várias cidades portuguesas, da autoria de Cristino da Silva, Carlos Ramos e Jorge Segurado.

(4) Associação Brasileira de Imprensa.

(5) Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Gilberto Freyre, Cecília Meireles, Vinicius de Moraes, Joaquim Cardoso.

(6) Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que ao longo do tempo sofre pequenas alterações no título, sendo atualmente reconhecido por IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

(7) A DGEMN é criada em 1929. Raul Lino colabora desde 1934, passando a integrar os seus quadros em 1936. Em 1949 assume a Direção deste organismo permanecendo até a sua reforma.

(8) Plano de Urbanização da Zona Sul da Avenida Alferes Malheiro.

(9) O Gabinete Técnico da Habitação – GTH, sob a coordenação de Carvalho de Mesquita (engenheiro), encarrega-se dos projetos dos Bairros dos Olivais Sul (1960) da autoria dos arquitetos Rafael Botelho e Carlos Duarte, e Chelas (1969) com Silva Dias. O Bairro dos Olivais Norte (1955) já iniciara o seu processo de urbanização com Guimarães Lobato (engenheiro), e os arquitetos Sommer Ribeiro e Pedro Falcão e Cunha na sequência do trabalho de expropriação da área a intervir levado a cabo por Duarte Pacheco.

(10) Gabinete de Urbanização Colonial (GUC) / Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU) responsáveis pelos planos urbanísticos para as províncias ultramarinas.

(11) Cottinelli Telmo em conjunto com Carlos Ramos e Luis Cunha projetaram o Pavilhão de Honra de Portugal para a Exposição do Rio de Janeiro (1922).

(12) Representante de Salazar em Bruxelas e impulsionador das comemorações.

(13) Coordenador da Exposição do Mundo Português.

(14) Carlos Ramos (1897 – 1969), Viana de Lima (1913 – 1991), Delfim Amorim (1917 – 1972), Armênio Losa (1908 – 1988), Cassiano Barbosa (1911 – 1998) , Octávio Lixa Filgueiras (1922 - 1996) e Arnaldo Araújo (1925 – 1982).

(15) O edifício do Ministério da Educação e Saúde, atual Palácio Gustavo Capanema, abriga, entre outros, os serviços do IPHAN; o Ministério do Trabalho, por sua vez, abriga o Tribunal Judicial do Trabalho; o Ministério da Fazenda reúne diversos serviços relacionados à área de ação inicial.

(16) Lucio Costa traçou o percurso de desenvolvimento da arquitetura moderna. Cottinelli Telmo assumiu uma posição ambígua, cedendo ao regime e depois pugnando pelo *moderno*.

(17) O edifício da Embaixada de Portugal em Brasília viria a ser projetado mais tarde pelo arquiteto Raul Chorão Ramalho.

(18) Ouro Preto em Minas Gerais, Alcântara e São Luis no Maranhão, São Cristóvão e Laranjeiras em Sergipe, Marechal Deodoro e Penedo em Alagoas.

(19) Concebido em Paris por Niemeyer e desenvolvido no *atelier* de Viana de Lima no Porto a partir do risco original do primeiro arquiteto.

Referências bibliográficas

ACCIAIUOLI, M. *Exposições do Estado Novo 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.

ALMEIDA, P. V. *A arquitetura no Estado Novo: uma leitura crítica*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

ALMEIDA, P.V.; FERNANDES, J. M. *História da Arte em Portugal. A arquitetura moderna*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986. v. 14.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

AUGUSTO-FRANÇA, J. *A arte em Portugal no século XX, 1911-1961*. Lisboa: Bertrand Editora, 1974. (Edição consultada: 3ª edição de 1991).

BONDUKI, N. *Origens da habitação social no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

BRUAND, Y. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1981. Versão original: *L'architecture Contemporaine au Brésil* (1971).

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. GABINETE DE ESTUDOS OLISSIPONENSES. *Evocar Duarte Pacheco no cinquentenário da sua morte (1943-1993)*. Lisboa: Viepon, 1993.

CASA DE LUCIO COSTA. Carta VI.A.01. Disponível em: <http://www.jobim.org/lucio/handle/123456789/198>. Acesso em: dez 2009.

CASA DE LUCIO COSTA. Carta VI.A.01-00728 - Brasília: Embaixada de Portugal. Disponível em: <http://www.jobim.org/lucio/handle/123456789/1030>. Acesso em: dez 2009.

CAVACANTI, L. *Moderno e brasileiro: A história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____ (Org.). *Modernistas na repartição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-IPHAN, 1993. (Versão consultada: 3ª edição, 2000).

COSTA, L. *Lúcio Costa: registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. (Edição consultada: 2ª edição de 1997).

DUARTE, Carlos. *Tendências da arquitetura portuguesa*. Lisboa: Trama, 1989.

FERNANDEZ, S. *Percurso - Arquitetura Portuguesa: 1930-1974*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, FAUP Publicações, 1988. Edição original Dissertação (Agregação ao Curso de Arquitetura da Escola de Belas Artes), Policopiado, Porto, 1985.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. (3ª Edição consultada, 2009).

FREMAN, L. *The development of social network analysis: a study in the sociology of science*. Vancouver: Empirical Press, 2004.

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN. *Carlos Ramos: exposição retrospectiva da sua obra*. Lisboa: FCG, 1986. (Exposições e Museografia. Serviço de Belas Artes. Lisboa).

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN. *Raul Lino: exposição retrospectiva da sua obra*. Lisboa, FCG, 1970. (Exposições e Museografia. Serviço de Belas Artes).

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN. *Viana de Lima*. Lisboa: FCG, 1996. Catálogo de exposição.

GONÇALVES, W. *O realismo da fraternidade Brasil-Portugal: do Tratado de Amizade ao caso Delgado*. Lisboa, Portugal: Imprensa de Ciências Sociais (ICS), 2003.

GOODWIN, Philip L. *Brazil Builds; architecture new and old 1652-1942*. New York: The Museum of Modern Art (MoMa), 1943.

GUERRA, Abílio. Arquitetura e Estado no Brasil / editorial. *Arquitexto*, n. 64. São Paulo, Portal Vitruvius, set. 2005. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.064/420>.

HANNEMAN, R.; RIDDLE, M. *Introduction to social network methods*. Riverside, CA: University of California, 2005. Disponível em: <http://revista-redes.rediris.es>.

KRÜGER, M. *Um olhar sobre o século XX. Produção arquitetônica e afinidades eletivas*. Lisboa: Faculdade de Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa, 2005.

LINO, R. *Auriverde jornada: recordações de uma viagem ao Brasil*. Lisboa: Valentim de Carvalho, 1937.

MATOS, M.C.; RAMOS, T. B. Um encontro, um desencontro. Lucio Costa, Raul Lino e Carlos Ramos. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 7., 2007, Porto Alegre, RS (UFRS). *Anais...Porto Alegre, 2007*. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/seminario%207%20pdfs/034.pdf>. Acesso em: set. 2010.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

MINDLIN, Henrique E. *Modern architecture in Brazil*. New York: Reinhold Publishing Corporation, 1956. Edição consultada (1999).

_____. *Arquitetura moderna no Brasil*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 1999.

PÉCAULT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, N. T. *Escritos (1947-1996, seleção)*. Porto: FAUP Publicações, 1996.

PORTAS, N. *A arquitetura para hoje seguido de evolução da arquitetura moderna em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

_____. A evolução da arquitetura moderna em Portugal: uma interpretação. In: ZEVI, B. *História da arquitetura moderna*. Lisboa, Arcádia, 1978. v. II.

QUIROGA, Á. et al. *Talleres de autoformación con programas informáticos de análisis de redes sociales*. [S.l.]: Borrador, 2005.

RAMOS, T. B.; MATOS, M. C. Arquitetos em rede. Mobilidade no século XX entre territórios de língua portuguesa. In: ENCONTRO DE ANALISTAS DE REDES SOCIAIS (ISPA), 2., Lisboa, 2009.

_____. Campos opostos: trabalhos e viagens de Viana de Lima no Brasil. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO NORTE-NORDESTE, 2., 2008, Salvador. *Caderno de Resumos (Cadernos PPG-AU/FAUFBA)*. Salvador: UFBA, 2008. p. 40-41. ISBN 978-85-60667-36-9 e ISBN dos Anais CD-Rom. 978-85-60667-37-6. Disponível em http://www.docomomobahia.org/AF_Tania%20Beisl%20e%20Madalena%20Cunha.pdf. Acesso em: set. 2010.

_____. Recepção da arquitetura moderna brasileira em Portugal – registos e uma leitura. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 6., 2005, Niterói. *Anais...Niterói*, RJ: UFF, 2005. p. 164-166. Contém CD-

Rom. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/seminario%206%20pdfs/Tania%20Beisi%20Ramos.pdf>. Acesso em: fev. 2009.

SALAZAR, A. Independência de Portugal - Nota oficiosa da Presidência do Conselho. *Revista dos Centenários*, Lisboa, v. 1, n. 1, p. 3, 1939.

SANTOS, P. *Quatro séculos de arquitetura*. Rio de Janeiro: Coleção IAB, 1981.

SCOTT, J. *Social network analysis*. London: Sage, 2000.

SEGAWA, H. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. São Paulo: Edusp, 1998.

SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS. *Arquitetura popular em Portugal*. Lisboa, 1961. (Versão consultada, Edição da Ordem dos Arquitectos, 2004 [Volumes I e II]).

SOUZA, Abelardo. *Arquitetura no Brasil: depoimentos*. São Paulo: Edusp; Livraria Diadorim Editora, 1978.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. *Social network analysis: methods and applications*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. (14th printing, 2006).

Créditos

* Arquiteta pela Universidade de Brasília (1988), mestre (1997) e doutora (2003) pela Universidade Técnica de Lisboa - UTL. Investigadora do Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design - CIAUD e pós-doutoranda da Faculdade de Arquitetura – UTL. Docente no Curso de Doutoramento em Arquitetura – CDA/FAUTL.

e-mail: taniaramos@fa.utl.pt

artigo recebido em 01/2011

artigo aprovado em 04/2011